

## **O empresariado farmacêutico no Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES): o caso de Paulo Ayres Filho**

Elaine de Almeida Bortone\*<sup>1</sup>

**Resumo:** A presente comunicação tem como objetivo apresentar alguns resultados da minha pesquisa de doutorado. Trata-se do levantamento e análise das indústrias farmacêuticas, nacionais e internacionais, e de empresários do setor que participaram e financiaram o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). A pesquisa tem a finalidade de mostrar as articulações de uma fração do empresariado no golpe de 1964 e na ditadura, no período de 1964-1967. O IPES desde a sua fundação foi mantido por contribuições financeiras de pessoas físicas, civis e militares, e jurídicas, entre elas as indústrias farmacêuticas e os empresários do setor. O empresário do setor farmacêutico Paulo Ayres Filho, objeto de análise da comunicação, foi um dos organizadores e fundadores do IPES. Foi um intelectual orgânico que desenvolveu diversos materiais e atividades para o desenvolvimento do Instituto e para atrair empresários, sobretudo do setor farmacêutico. As fontes de Paulo Ayres Filho e do IPES foram levantadas nos acervos do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV) e do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

**Palavras-chave:** IPES, empresários farmacêuticos, Paulo Ayres Filho.

### **The pharmaceutical entrepreneur in the Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES): the case of Paulo Ayres Filho**

**Abstract:** This paper aims to present some results of my PhD research. It is the survey and analysis of the pharmaceutical industries, national and international, and entrepreneurs of the sector who participated and financed the Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). The research has the purpose of showing the articulations of a fraction of the business in the 1964 coup and in the dictatorship, in the period 1964-1967. The IPES since its foundation was maintained by financial contributions of individuals, civil and military, and legal entities, among them the pharmaceutical industries and businessmen of the sector. Pharmaceutical entrepreneur Paulo Ayres Filho, object of communication analysis, was one of the organizers and founders of IPES. He was an organic intellectual who developed several materials and activities for the development of the Institute and to attract entrepreneurs, especially of the pharmaceutical sector. The sources of Paulo Ayres Filho and IPES were collected in the collections of the Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC / FGV) and the Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

**Keywords:** IPES, pharmaceutical entrepreneur, Paulo Ayres Filho

---

<sup>1</sup> \*Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS/UFRJ), bolsista CAPES.

## **Introdução**

A partir do início do século XX, após o desenvolvimento do capitalismo industrial brasileiro, os empresários tornaram-se atores atuantes quando começaram a manifestar-se publicamente sobre problemas econômicos e políticos fora do universo dos seus negócios particulares.

Com a industrialização, a urbanização do Brasil e o sistema capitalista, na primeira metade do século XX, o Estado se transformou, se tornou cada vez mais importante e passou a assumir funções mais amplas, destinadas a criar possibilidades de desenvolvimento, de regular e de coordenar todas as esferas. Tornou-se o centro máximo das decisões no plano interno e “por meio de favores fiscais, empréstimos, assistência técnica e como avalista, o poder público e as agências governamentais orientam e incentivam os investimentos pioneiros” (IANNI, 1975, pp. 30-31). Neste panorama, surgiu a burguesia industrial, que rompeu com a pauta tradicional das demandas particulares e começou a se interessar por questões gerais com pretensão à universalidade.

Cardoso (1964) explica que o funcionamento do sistema capitalista mudou o perfil do empresariado. O capitalismo impôs modificações na distribuição da força de trabalho no sistema produtivo, nas relações dentro das empresas e na estrutura do Estado. Neste cenário, surgiu o empresário, peça do sistema, que influencia a política econômica visando a assegurar a prosperidade capitalista e reserva a maior porção dos contratos e privilégios para a sua organização.

Deste ponto em diante, verifica-se empresários apoiando ou contestando diferentes governos e regimes políticos. Mobilizam-se e se articulam na defesa das ideias liberais, da propriedade privada, da preservação e êxito do capitalismo e contra o comunismo e o socialismo, representado pela “tradição centralista do Estado, pelas formas dominantes de articulação Estado-sociedade, pelo padrão de incorporação de atores estratégicos ao sistema político e pelo modelo de presidencialismo implantado” (DINIZ, 1994, p.198).

Empresário, conforme Gramsci (2014, p. 15) representa uma elaboração social superior, que “deve possuir uma certa capacidade técnica, não somente na esfera restrita de sua atividade e de sua iniciativa, mas também em outras esferas, pelo menos mais próximas da produção econômica”. Nas outras esferas, exterior à empresa, segundo o

autor, organiza a sociedade em geral e o organismo estatal com a finalidade de criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe.

Para exercerem pressão junto ao Estado e a sociedade, os empresários se organizam em ação coletiva, já que possuem interesses econômicos em comum, embora com motivações individuais diferentes. Conforme explica Bianchi (2007, p.118), a comunidade empresarial está dividida em frações relativamente pequenas, mas capazes de organizarem-se voluntariamente, a fim de terem seu próprio *lobby*, influenciando fortemente os governos. Mas alerta o autor que estas organizações não foram resultado da “realização de uma essência do próprio capital e sim o resultado dos conflitos e lutas que opuseram o capital e o trabalho, por um lado, e as diferentes frações do capital entre si, por outro” (BIANCHI, 2007, p. 121). Portanto, sua organização é determinada por uma relação de forças sociais, conforme ocorreu no início dos anos 1960.

Em 1961, Goulart adotou medidas que incomodou o empresariado, tal como uma severa política de controle de remessa de lucros para o exterior; o projeto de nacionalizar as concessionárias de serviços públicos, moinhos, frigoríficos e indústrias farmacêuticas; as relações diplomáticas estabelecidas com os países do bloco socialista e a condenação das sanções que os Estados Unidos impuseram a Cuba. Somado a isto, havia a mobilização política das classes populares e a instabilidade econômica e política.

Estes acontecimentos desenrolou uma situação desfavorável para o empresariado que, já bastante fortalecido política e economicamente, empenhou-se em construir um arranjo político “em torno de uma contra-revolução auto defensiva [sic]” (FERNANDES, 2006, p. 255) que expressasse seus interesses em transformar o país em uma sociedade industrial capitalista pela via internacionalista. Para Ianni (1975), o progresso econômico era grande, mas a política de massas e a organização da classe trabalhadora assustavam em demasia poder político burguês e foram determinantes para as ações do empresariado.

Para enfrentarem a situação de modo a atuar de forma coordenada para intervir e influenciar efetivamente no modo da ação estatal unificaram-se os empresários (nacionais e internacionais) de diferentes setores, militares de alta patente da Escola Superior de Guerra e os *think tanks* liberais internacionais para criarem o IPES, uma “espécie de Estado-Maior do bloco histórico burguês” (DREIFUSS, 2006, p. 140). De acordo com as análises de Gramsci a partir da consciência política de um grupo social e da afirmação de projetos e estratégias capazes de organizar toda a sociedade, é o

momento da criação da “hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados”.

### **O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES)**

O IPES (1961-1972) se declarou uma “entidade apolítica”<sup>2</sup> e se auto definiu como “Estado-Maior”<sup>3</sup>, inspirado na Encíclica *Master et Magistra* e na ata da Aliança para o Progresso. No seu Estatuto<sup>4</sup>, o Instituto se apresentava como uma “sociedade civil sem fins lucrativos, de caráter filantrópico e com intuítos educacionais, sociológicos e cívicos”. Pretendia estimular a livre empresa, o “fortalecimento do regime democrático do Brasil” por meio de uma ação que consistia em estudar os problemas brasileiros e apresentar soluções. Sua ação baseava-se em “ver, julgar e agir”<sup>5</sup>.

Mas ocultou sua verdadeira identidade e seus propósitos. O IPES consistiu em uma entidade que, com o apoio financeiro do governo norte-americano e de seus associados, conquistou uma posição de liderança na organização de uma ação política, face à resistência de forças sociais e políticas adversas, para deter o governo de João Goulart (1961-1964). As ações governamentais atingiam diretamente os interesses políticos e econômicos da burguesia empresarial. Era preciso anular o poder presidencial para obter o controle do Estado.

Era, enfim, um aparelho privado de hegemonia, que, segundo Antonio Gramsci (2000), é uma instituição da sociedade civil voltada à consolidação de um dado consenso, a hegemonia, no sentido da vitória de uma visão de mundo sobre outras, a ser conseguida por meio da ocupação de espaços ideológicos.

O IPES mostrou-se uma organização pretensamente científica. Rica e sofisticada em recursos materiais e humanos desenvolveu ações e estratégias para expandir sua capacidade de influência sobre a sociedade.

Para desestabilizar e colocar a sociedade contra o governo, o IPES produziu campanhas ideológicas, disseminadas em diferentes mídias, que tinham como objetivo principal seduzir e manipular a opinião pública, desprovida de esclarecimento político e

---

<sup>2</sup> Documento do IPES: O que é o IPES, p. 2, s/d. Arquivo Nacional.

<sup>3</sup> Ata do IPES da Reunião Conjunta Rio/SP de 03.04.64. Arquivo Nacional.

<sup>4</sup> Estatutos do IPES, 1963. Arquivo Nacional.

<sup>5</sup> Documento do IPES: Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES). Definição de atitude. s/d. Arquivo Nacional.

econômico, com a finalidade de criar um ambiente de insegurança e ocupar “o centro de discussão ideológica e política”<sup>6</sup>.

Como parte de sua estratégia, o IPES se aproximou de vários segmentos sociais, tais como estudantes, professores, trabalhadores, profissionais liberais, setores da igreja, donas de casa, etc. para desarticular os já organizados, bem como articular os outros para o seu projeto. Simultaneamente às elaborações de estratégias e ações para mobilizar a sociedade contra Goulart, como tática defensiva e ofensiva e já pensando em um novo Estado, formulou e difundiu projetos de governo e anteprojetos de reformas de base para salvaguardar e consolidar suas posições na direção política e ideológica da sociedade.

Para colocar o seu projeto em ação, o IPES foi mantido por fundos norte-americanos<sup>7</sup> e contribuições financeiras de pessoas físicas e jurídicas associadas, conforme quadros abaixo. As empresas contribuíram diretamente no IPES e por meio do Centro de Indústria do Estado do Rio de Janeiro (CIERJ) e do Fundo de Ação Social (FAS), para não aparecerem e não se comprometerem. O FAS foi criado, em 1962, por cinquenta empresas multinacionais, de São Paulo, para arrecadar fundos e repassar para o IPES.

Os empresários e tencnoempresários, com atividades em diferentes setores econômicos, contribuíram financeiramente e participaram da estrutura formal do Instituto, onde planejaram e executaram ações políticas, como o empresariado do setor farmacêutico.

#### Laboratórios farmacêuticos que financiaram o IPES

<b>EMPRESA</b>	<b>ORIGEM DO CAPITAL</b>
Hoechst do Brasil, Química e Farmacêutica S/A	Alemanha
Laboratório Gross S/A	Brasil
Laboratório Químico Farmacêutico Voros Ltda	Brasil
Laboratório Silva Araújo Roussel S/A	Brasil / França
Laboran-Franco Velez Ind. Quím. e Farmacêutica S/A	Brasil / Estados Unidos
Laboratórios Enila S/A	Brasil / França
Merck do Brasil	Alemanha
Química Farmacêutica Mauricio Villela S/A	Brasil / França
Pravaz-Recordati Laboratórios S/A	Brasil / Itália
Laboratório Lafi Ltda	Brasil

<sup>6</sup> Ata do IPES Conselho Orientador de 11.09.62. Arquivo Nacional.

<sup>7</sup> Ata do IPES Comitê Executivo de 14.01.63

Laboratório Fontoura	Brasil / Estados Unidos
Laborterápica-Bristol	Brasil / Estados Unidos
Quimitra Com. e Indústria Química S/A	Alemanha

Fontes: Dreifuss (2006) e documentos do IPES-Rio e SP.

#### Empresários do setor farmacêutico no IPES

<b>NOMES</b>	<b>LABORATÓRIOS</b>	<b>CARGOS</b>
Assis Chateaubriand	Ind. Quím. e Farmacêutica Schering S/A	Proprietário
Edmundo Monteiro	Laboratório Schering Ind. Quím. e Farm. Schering Corporation e Laboratório Licor de Cacau Xavier S/A	Diretor-presidente
Euclides de Oliveira Figueiredo	Ind. Quím. e Farmacêutica Schering S/A	Diretor-secretário
Paul Norton Albright	Squibb Ind. Química S/A Laboratório Sânitais	Diretor-gerente geral
Paulo Ayres Filho	Instituto Farmacêutico Pinheiros Prod. Terapêuticos / Laboratório Paulista de Biologia S/A / Laboratório Torres	Proprietário Conselho
Fernando Edward Lee	Instituto Farmacêutico Pinheiros	Acionista
João Batista L. de Figueiredo	Laboratório Paulista de Biologia S/A	Conselho consultivo
Oswaldo Américo Campiglia	Laboratório Paulista de Biologia S/A	Conselho fiscal
José Duvivier Goulart	Indústria Odontofarmacêutica Reunidas S/A IORSA / Franco Velez Ind. e Comércio S/A	Acionista / conselho fiscal
Olavo Canavarro Pereira	Laboratório Quím. Farmacêutico Voros Ltda	Proprietário
José Martins Pinheiro Neto	Laboratório Brandva S/A Ind. Quím. e Farmacêutica	
Eduardo Garcia Rossi	Laborterápica Bristol S/A Ind. Quím. e Farmacêutica	Diretor
Jayme Torres	Laboratório Torres S/A / Laboratório Silva Araujo Roussel / Instituto Organoterápico Brasileira S/A	Proprietário
Luiz Dumont Villares	Laboratório Andrômaco	Diretor
Amilar Campos Filho	Laboratório Clínico Silva Araújo	Diretor presidente
Abelardo Americano Freire	S/A Laboratório Americano	Proprietário
Maurício Libânio Villela	Química Farmacêutica Mauricio Villela S/A	Proprietário
José Scheikmann	Laboratório Mauricio Villela	Diretor

Luiz Nardi	Meyer Chemical Co. do Brasil Ind. Farmacêutica	Diretor
Maercio Lemos de Azevedo	Laboratório Mauricio Villela	Diretor
Felipe Arno	Instituto Farmacêutico Pinheiros / Laboratório Paulista de Biologia S/A	
Zulfo de Freitas Mallmann	Laboratório Silva-Araújo Roussel	Diretor
Hélio José Pires de Oliveira Dias	Laborterápica Bristol S/A Ind. Quím. e Farmacêutica	Diretor
Eudoro Villela	Química e Farmac. Maurício Villela	Diretor
Domingo Pires de Oliveira Dias	Laborterápica Bristol S/A	Proprietário
João Nicolau Mader Gonçalves	Laboratório S/A Roussel	

Fontes: Dreifuss (2006) e documentos do IPES

Estes capitalistas faziam parte de uma elite de empresários, proprietários, presidentes e diretores de indústrias farmacêuticas. Eram apenas homens de negócios sem qualquer conhecimento especializado da área. Somente três empresários tinham formação na área farmacêutica: Jayme Torres, farmacêutico; Abelardo Americano Freire, químico; e José Scheinkmann, farmacêutico industrial. Acumularam também cargos em diferentes associações de classe, estabelecendo conexões com o objetivo de instituir uma frente de luta e pressão contra o governo. Mas o artigo tem como finalidade analisar o empresário Paulo Ayres Filho, devido a sua importância naquele cenário.

Com a “conquista” do Estado, em 1964, ipesianos assumiram as rédeas da administração estatal, ocupando os cargos de maior relevância na condução da economia e das políticas públicas, as quais visavam assegurar direitos para determinados grupos da sociedade. Os anteprojetos de reforma formulados pelo IPES foram absorvidos pelo governo, bem como os seus idealizadores. Baixou uma série de leis e decretos que beneficiou o setor farmacêutico, assim como revogou outros criados por Goulart para controlar os abusos e irregularidades das indústrias.

É nesse sentido que se pode entender o Estado, a partir do conceito elaborado por Gramsci, como um constructo de classe, resultante de um processo no qual valores de classe tornam-se normas sociais e organizações de classe, autoridade. Ou seja, o Estado é concebido como organismo próprio de um grupo destinado a criar condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, onde seus interesses prevalecem, e esta expansão é apresentada como universal.

As vésperas do encerramento das atividades do IPES, em 1972, Glycon de Paiva redigiu um documento com a finalidade de agradecer os empresários pelas doações e participações no Instituto e mostrou a sua importância. Afirmou, “dificilmente se encontra hoje no acervo de fundamentos da legislação posterior a 1964 alguma coisa que não tenha pertencido antes ao IPES”.

### **Paulo Ayres de Almeida Freitas Filho**

O empresário paulista Paulo Ayres Filho (1918-2011) foi um dos organizadores e fundadores do IPES. Segundo sua versão, o IPES nasceu em 1960, quando foi procurado pelo empresário Gilberto Huber Jr., proprietário das Listas Telefônicas, que já se reunia com outros empresários no Rio de Janeiro, para debater sobre a “esquerdização do Brasil”<sup>8</sup>.

Admirador e praticante do liberalismo, fundamentado sobre a ideia do livre mercado, da propriedade privada e de governo limitado, Ayres Filho queria difundir estes preceitos no Brasil. Acreditava que era através do empresário, consciente da realidade, que se poderia impedir que os governos tivessem o pretexto e a razão de continuarem a invadir os setores da iniciativa privada.<sup>9</sup> Para ele, quanto menor fosse o governo mais a empresa privada poderia fazer pela própria sociedade. Desta forma, achava também que os empresários eram os guias da sociedade e que o destino da civilização dependia em grande parte do comportamento do empresário como condutor.

Em seu artigo intitulado *O empresário e suas responsabilidades perante a sociedade*, de 1961, apresentado no Instituto de Organização Racional do Trabalho (IORT)<sup>10</sup> afirmou que “os destinos da nossa civilização dependem, em grande parte, do comportamento do empresário como condutor, educador e inspirador de grupos humanos” e que “através da empresa que os indivíduos podem realizar as suas aspirações mais legítimas, satisfazer às suas necessidades humanas e confirmar suas convicções, tornando possível, dessa maneira, a sobrevivência e a evolução da própria sociedade”.

---

<sup>8</sup> Entrevista cedida ao projeto de História Oral do Exército, em 16.10.01, intitulada *1964-31 de março: o movimento revolucionário e a sua história*. Arquivo Paulo Ayres Filho (CPDOC/FGV).

<sup>9</sup> O empresário e sua responsabilidade perante a sociedade, março, 1961. Arquivo Paulo Ayres Filho (CPDOC/FGV).

<sup>10</sup> Arquivo Paulo Ayres Filho (CPDOC/FGV).



Suas idéias se fortaleceram no início dos anos 1950, quando Ayres F<sup>o</sup> conheceu a *Foundation for Economic Education* (FEE)<sup>11</sup> e, preocupado com os rumos da política nacional, tornou-se um panfletário de seus livretos liberais e anticomunistas no seu ambiente profissional.

Com grande atuação internacional, buscando um alinhamento com a política norte-americana, transitou entre empresários e membros de governos, com os quais trocou correspondências amigáveis e tinha encontros informais na sua residência. Entre eles inclui: Bruce S. Gilbraith (Alba S.A.), David Rockefeller (empresário norte-americano), Lincoln Gordon (embaixador dos Estados Unidos no Brasil, 1961-1966), etc. Participou de almoço, em 1962, liderado pelo embaixador William H. Draper Jr.; teve encontro com George Woods (Banco Mundial), em 1963, intermediado por Ellsworth Bunker (embaixador norte-americano), seu amigo; e foi porta voz dos empresários no encontro com o presidente John Kennedy, na Casa Branca, quando buscou uma colaboração no sentido de garantir uma liderança empresarial nas estratégias na batalha político-idológica no contexto da Guerra Fria (GONÇALVES, 2016).

Paulo Ayres Filho foi líder do IPES-SP, com participação no Conselho Orientador, no Comitê Executivo, no Comitê Diretor e presidente do Instituto em 1967. Foi um intelectual orgânico muito atuante que buscou organizar o capital e a sociedade. Colaborou na criação de estratégias para atrair empresários para o Instituto, sobretudo do setor farmacêutico.<sup>12</sup>

No setor farmacêutico, além de proprietário do Instituto Pinheiro Produtos Terapêuticos (1941-1972) e do Laboratório Paulista de Biologia (1965-1972), foi conselheiro do Laboratório Torres e da Rhodia S/A, e diretor da Syntex do Brasil Ind. e Comércio, que comprou suas empresas em 1972. Mas seu currículo é vasto com atuações em diferentes setores e em várias associações de classe, nacionais e internacionais.

---

<sup>11</sup> A FEE é uma organização privada fundada, em 1946, por Leonard E. Read, inspirada pelas idéias de livre mercado. Organiza seminários e produz artigos sobre economistas defensores do liberalismo, tais como Ludwig Von Mises, FA Hayek, Henry Hazlitt, Milton Friedman, James Buchanan, Vernon Smith, Israel Kirzner, Walter Williams, George Stigler, Frank Chodorov, John Chamberlain, FA "Baldy" Harper, e William F. Buckley Jr. <http://fee.org/about/> visitado em 25.02.16.

<sup>12</sup> Em carta dirigida ao ipesiano Jayme Torres, em 07.11.63, Paulo Ayres F<sup>o</sup> agradece a Torres e a Domingos Pires pela reunião realizada na Laboroterápica com objetivo de receber contribuições mensais para o IPES de empresas farmacêuticas, como também para interceder junto a Pravaz, Lafi e Fontoura para voltarem a contribuir com o Instituto. Arquivo Paulo Ayres Filho (CPDOC/FGV).

Proprietário e presidente: Ayres Comp. Industrial Comercial e Agrícola (1960), Progresso-Metalrit S/A, Cia Pinheiros Agro-Mercantil e Refrigerantes IMATACA Paulista S/A (Pepsi-Cola).

Diretor: Home Finasa Seguradora S/A, Finasa Acli de Comércio Exterior, Banco Mercantil de São Paulo S/A (1964), Banco do Brasil S/A (1961), BORA – Bureau de Organização Racional Aplicada e Banco do Estado de São Paulo (1967).

Conselheiro: São Paulo Alpargatas S/A, Cia Itaquerê S/A, Mesbla S/A, Metalurgia Matarazzo S/A, Honeywell Bull do Brasil, Systems S/A, Anderson Clayton S/A, Ferro Enamel do Brasil S/A, J.I. Case do Brasil.

Associações de classe: 1) presidente: Sindicato da Indústria Farmacêutica do Estado de São Paulo (1952-1954), Comitê das Relações Brasil-Estados Unidos e Câmara Americana de Comércio de São Paulo; 2) vice-presidente: Conselho Interamericano de Comércio e Produção - CICYP do Brasil; 3) diretor: Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), Associação Comercial de São Paulo, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).

Associações cívicas, filantrópicas e culturais: 1) presidente: União Cultural Brasil-Estados Unidos (1956-1957 e 1958-1959), Associação Promotora de estudos Econômicos – APEC; 2) Vice-presidente: Instituto de Organização Racional do Trabalho – IDORT (1964); 3) Diretor: Escola de Administração de Empresas de São Paulo – FGV, São Paulo Clube, Rotary Club de São Paulo, Associação Cristã de Moços – ACM, Management Center do Brasil, Fundação Bienal de São Paulo; 4) Conselho: Museu de Arte Moderna, *Stanford Research Institute*, *Institute of Humane Studies* (EUA), *Accion International* (EUA), Associação Nacional de Programação Econômica e Social – ANPES (1966).

Ayres Fº apresentou trabalhos em reuniões internacionais e nacionais, entre alguns: Monografia sobre a Indústria Farmacêutica (1949), *Market Research and Evaluation as a Service Rendered by Drug Industry to the Doctor and Drugg Stores* (Washington, 1957), *The entrepreneur and his Social Responsibilities* (México, 1961), *The Brazilian Revolutions* (Washington, 1964), O empresário e a integração da ordem econômica na Sociedade (Lima, 1964), *The pharmaceutical industry in Latin America* (Nova Iorque, 1974), etc.

Participou de evento organizado pelo The *International University of Social Studies Pro-Deo*<sup>13</sup>, em Roma (Itália), em 1967, acompanhado do também ipesiano Carlos Mancini.

Em 1966, junto com os ipesianos Francisco Matarazzo Sobrinho (indústria Matarazzo), Rui Mesquita (*O Estado de S. Paulo*) e José Martins Pinheiro Neto (advogado), Ayres Fº criou a organização não governamental, Ação Comunitária do Brasil com a proposta de “melhorar a qualidade de vida de milhares de cidadãos brasileiros, residentes em favelas e em conjuntos habitacionais populares”.<sup>14</sup> Foi criada sob inspiração da *Action International*, com sede em Nova York (EUA). Apesar de seu discurso de amparo à população da favela, buscou uma promoção social do favelado dentro da ordem capitalista, com mão-de-obra minimamente qualificada necessária à expansão e consolidação da zona industrial (BRUM, 2012).

Segundo o jornal *O Globo*<sup>15</sup>, Paulo Ayres Filho participou na captação de recursos para a criação da Organização Bandeirantes (OBAN), centro de investigações e torturas montado pelo Exército brasileiro, em 1969, para combater organizações de esquerda que confrontavam o regime ditatorial e que geraria, pouco tempo depois, o

---

<sup>13</sup> O Centro Nacional de Realismo Social Pro Deo foi criado no Brasil, em 1958, a partir de um acordo com a Universidade Internacional de Estudos Sociais Pro Deo de Roma. O Brasil concedeu um crédito de Cr\$ 14 milhões de cruzeiros para criar o Instituto Brasileiro de Estudos Latino-Americanos em Roma e o Centro Nacional de Realismo Social no Brasil. Ambas as instituições tinham como objetivos “divulgar no Brasil os princípios do realismo social “Pro Deo”, isto é, a aplicação à democracia moderna do realismo crítico capaz de superar as utopias materialistas com o esclarecimento na sociedade da realidade suprema: Deus, fonte dos direitos e dos deveres do Homem” (*DOU*, 28.09.57, seção 1, p. 19). O Centro Nacional de Realismo Social “Pro Deo” promoveu cursos de Formação Doutrinal, com especializações em Doutrina Social Cristã, Filosofia Política, Política Internacional e Economia e Sindicalismo (*Correio da Manhã* 27.02.64, 2º Caderno, p. 2); Metodologia e Técnica de Opinião Pública; e cursos de línguas. Todos os cursos eram dados por professores nacionais e internacionais. Em 1972, o ministério do Trabalho e Previdência Social fez convênio com o Centro para realizar curso de Administração Sindical (*DOU*, 28.04.72, seção 1, p. 23). Além de promover cursos, ofereceu bolsas de estudo para universidades estrangeiras, publicou livros, através de sua editora, e organizou concursos para a melhor reportagem publicada em jornais e revistas sobre o título da encíclica “*Populorum Progressio*” de Paulo VI (*Correio da Manhã*, 29.10.67, 2º Caderno, p. 9), como o IPES que adotou os postulados consubstanciados da Encíclica “*Master et Magistra*” para legitimar suas pretensões junto à sociedade e para facilitar sua doutrinação. Nério Batendieri, diretor do Pro Deo, ministrou uma palestra, *A questão salarial*, no seminário Causas da Inquietação Social no Brasil, organizado pelo IPES no Clube de Engenharia de SP. Isaac Kissen, Vicente Sobrinho Porto e os ipesianos Paulo Ayres Fº, Carlos Mancini e Carlos da Silva participaram, em 22-23 de junho de 1967, de evento no “Pro-Deo”, no Vaticano, o que sugere afinidade entre as duas organizações.

<sup>14</sup> <http://www.acaocomunitaria.org.br/institucional/historico.asp#>. A ONG tem entre seus parceiros o Banco Bradesco, Pernambucana, Ambev, Pinheiro Neto Advogado, Audi (automóveis), Globosat (Grupo Globo), Banco Itaú, Ultragas, etc. As três últimas empresas financiaram o IPES.

<sup>15</sup> Jornal de 09 de março de 2013 em matéria intitulada O elo da FIESP com o porão da ditadura. Segundo Jornal, foram também colaboradores: Nadir Figueiredo (FISP, CIESP, SESI e SENAI), Pery Igel (acionista do Grupo Ultra), Albert H. Boilesen (presidente do Grupo Ultra, FIESP/CIESP), Gastão Vidigal (Banco Mercantil de São Paulo), Sebastião Camargo (sócio Construtora Camargo Correa), Adolpho S. Gordo (presidente Banco Português).

DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informação do Centro de Operações de Defesa Interna). Foi expressivo, afirma o jornal, o fluxo de dinheiro para a repressão, a partir de coletas na FIESP e em reuniões promovidas por Gastão de Bueno Vidigal (Banco Mercantil de São Paulo), João Batista Leopoldo Figueiredo (Itaú e Scania), Paulo Ayres Filho (Pinheiros Produtos Farmacêuticos), e o advogado Paulo Sawaia, entre outros. Empresas como Ultragaz, Ford, Volkswagen, Chrysler e Supergel auxiliaram também na infraestrutura, fornecendo carros blindados, caminhões e até refeições pré-cozidas.

O jornal também informa que, em 9 de dezembro de 1970, o chefe do Estado-Maior do II Exército, general Ernani Ayrosa, abriu o quartel para homenagear alguns dos seus mais destacados colaboradores, tais como Henning Boilesen (Cia. Ultragás), Pery Igel (Grupo Ultra), Sebastião Camargo (Camargo Corrêa), Jorge Fragoso (Alcan), Adolpho da Silva Gordo (Banco Português), Oswaldo Ballarin (Nestlé), José Clibas de Oliveira (Chocolates Falchi), Walter Bellian (Antarctica), Ítalo Francisco Taricco (Moinho Santista), Paulo Ayres Filho (Pinheiros Farmacêutica), entre outros.

Após o golpe, como intelectual orgânico de sua classe, Ayres Filho e outros empresários ipesianos viajaram para vários países na Europa, na América Latina e nos Estados Unidos onde promoveram reuniões, conferências, palestras e seminários. Tinham como objetivos “esclarecer a origem e as finalidades dos revolucionários brasileiros após o 31 de março”, defender o golpe e o governo Castello Branco e tranquilizar os empresários estrangeiros no sentido que a “Revolução” criou um clima econômico favorável para novos investimentos.<sup>16</sup>

Em 1964, Paulo Ayres Filho, Haroldo Cecil Polland, José Luís Bulhões Pedreira, Paulo Reis de Magalhães, Luiz Villares, João Reginaldo Cotrim, e Israel Klabin viajaram para os Estados Unidos, por conta própria, a fim de entrarem em entendimentos com os empresários daquele país e explicar-lhes, como também à opinião pública norte-americana, o que foi a “Revolução” brasileira. Estiveram em contato constante com os seguintes empresários: Hulbert Aldrich (Vice-Presidente da Chemical Bank New York Trust Co.), Richard Aldrich (Vice-Presidente da International Basic Economy Corp.), William Barlow (Presidente da Vision Inc.), Henry Borden (Presidente da Light & Power Company), John Buford (Vice-Presidente da Hanna Mining Company), Norma Carignan (Vice-Presidente do Grupo Latino-

---

<sup>16</sup> Notícias do IPES, nº 3, julho 1964, SP, p. 3 – Arquivo Nacional

Americano, W. R. Grace Co.), Sam Carpenter (Gerente Geral do Departamento Internacional da *E. I. Du Pont de Nemours & Company*), Robert Christopher (Redator-Chefe do *Newsweek Magazine Internacional*), John T. Connor (Presidente do *Merck & Company*), Harry Canover (Assistente executivo do Presidente da CICYP), Alphonse de Rosso (Coordenador para a América Latina da *Standard Oil Company*), Richard Fenton (Presidente da *Pfizer International*), Leo Fernandes (Vice-presidente da *Merck & Company*), James R. Greene (Vice-Presidente da *Manufacturers Hanover Trust Company*), Francis Grimes (vice-presidente do *Chase Manhattan Bank*), Clarence Hall (Redator-Chefe do *Readers Digest Association*), Philip Holmann (Presidente da *Johnson & Johnson International*), Edgar Kaiser (Presidente das Indústrias Kaiser), Donald Kendall (Presidente da *Pepsi-Cola Company*), Francis Mason (Vice-Presidente do *Chase Manhattan Bank*), S. Maurice McAshan Jr. (Presidente da Anderson Clayton), McCullough (Presidente da General Electric do Brasil), George Moore (Presidente do *First National City Bank*) e David Rockefeller.

Com o objetivo de esclarecer a opinião pública norte-americana o que fora a “Revolução” de 31 de março, e desfazer a impressão em alguns círculos de que o poder no Brasil fora empolgado pelos militares através de um golpe de Estado, os empresários concederam várias entrevistas à imprensa. Os ipesianos revelaram que foi uma “revolução” da classe média, de efeitos bem mais profundos e extensos do que imaginavam tanto os homens de negócio como o povo norte-americano, e causada não apenas pela forte infiltração comunista no país, mas também, pela corrupção desenfreada que minava o governo anterior, e pelo agravamento da inflação, que ameaçava lançar o Brasil no caos. Com relação ao novo governo, os empresários brasileiros deixaram bem claro que este não ascendera ao poder como uma ditadura militar sequiosa de mando, e sim com o objetivo de revitalizar, da maneira mais rápida possível, a vida do país. Nesse sentido, acrescentaram que já vinham sendo tomadas as primeiras providências com prioridade para o programa de estabilização econômica.<sup>17</sup>

A convite do *Business Group for Latin American*, entidade que congrega as empresas norte-americanas que mantêm relações comerciais com o Brasil, um grupo de empresários brasileiros, integrado por Paulo Ayres Filho, Paulo Reis de Magalhães, Luiz Dumont Villares, Harold Poland, John Cotrim e Israel Klabin, visitou, durante doze dias, os Estados Unidos. Participaram de reunião, de caráter privado, coordenada

---

<sup>17</sup> Boletim Informativo, nº 25, agosto de 1964, p. 24 – Matéria: Brasil – EUA: Encontro de empresários. Arquivo Nacional.

pelo *Chase Manhattam Bank* e pelo *First National City Bank of New York*. Foram feitas explanações seguidas de perguntas pelos 65 empresários norte-americanos presentes no encontro.

O grupo brasileiro foi ainda recebido na *Inter American Council*, em reunião que participaram 120 homens de negócios dos Estados Unidos. Visitou, em Washington, Thomas Mann, subsecretário de Estado para a América Latina; W. W. Rostow, representante dos EUA na recém criada Comissão Interamericana para a Aliança para o Progresso; e o embaixador Ellsworth Bunker e George Woods, presidente do Banco Mundial, para aos quais explicou os fundamentos da “Revolução” brasileira, seus objetivos e as profundas modificações que esta introduziu na vida nacional, alijando a corrupção e a subversão.<sup>18</sup>

Em julho de 1964, no *Center for Strategic Studies*, da Georgetown University, em Washington, Paulo Ayres Filho participou do seminário Importância Estratégica da América Latina. O evento contou com a participação do Almirante Arleigh Burke (diretor do Centro), Thomas Mann, Miguel Alemán (ex-presidente do México), Pedro Beltrán (ex-premier do Peru), Alberto Benegas-Lynch (do Centro de Estudios sobre La Libertad, de Buenos Aires), Willian Sanders (secretário adjunto da O.E.A.), Enrique Tejera Paris (embaixador da Venezuela em Washington) e Eudoro Ravines (escritor e jornalista).<sup>19</sup> Na ocasião, o ipesiano aproveitou para falar sobre a “Revolução” e os objetivos do governo Castello Branco.

Porém, a lua de mel com o presidente Castello Branco teve vida curta. O governo desenvolveu uma política econômica, cujo capital estrangeiro era o protagonista e beneficiado, que desagradou o empresariado nacional que não era associado ao internacional.

Os documentos do IPES-SP, do acervo de Paulo Ayres Filho (CPDOC/FGV), mostram uma divergência e uma insatisfação do ipesiano com o presidente. Portanto, os documentos indicam que, apesar de vários ipesianos estarem no comando do Estado, empresários e tecnoempresários que participaram da conspiração no IPES no sentido de desestabilizar e depor Goulart, estavam se sentindo traídos e insatisfeitos com as medidas do governo. Afinal, foi um governo que eles ajudaram a criar e respaldaram.

---

<sup>18</sup> Notícias do IPES, nº 3, julho de 1964, SP. Arquivo Paulo Ayres Filho (CPDOC/FGV).

<sup>19</sup> *Jornal Pinheiros Farmacêuticos*, maio/agosto de 1964, p. 2. Arquivo Paulo Ayres Filho (CPDOC/FGV).

Em documento intitulado *Como nasceu o IPES*<sup>20</sup>, de 1971, Ayres Fº afirmou:

A revolta de 1964 que consagraria os ideais dos que se arriscaram na defesa da liberdade em sua mais ampla expressão, lamentável e desastrosamente, foi sendo minada pelo que ainda sobrou da infiltração esquerdizante anterior e, aos poucos, foi parecendo mais um “golpe” do que uma verdadeira “revolução” para salvar o país. Politicamente isso foi um desastre que, a meu ver, nos levou à situação de hoje, não muito diferente da que causou a revolta de 1964, com todas as suas conseqüências econômicas e sociais.

Em depoimento, em 2001, ao Projeto de História Oral do Exército sobre a “Revolução” de 1964<sup>21</sup>, Ayres Filho condenou o presidente Castello Branco que “tinha tudo em suas mãos para limpar o Brasil”. Poderia, explica o empresário, ter privado de direitos políticos quem ele bem entendesse, mudar a Constituição e a legislação, modernizar a previdência social, mudar o sistema de governo, privatizar as empresas estatais, mas não o fez. Em virtude destas falhas apontadas, afirmou que “estamos vivendo uma situação muito parecida com aquela de 1960 a 1963”.

A capa da revista *Pinheiros Farmacêuticos*, de 1967, produzida pelo Instituto Pinheiros, de sua propriedade, destacou uma matéria que foi publicada na revista *Análise e Perspectiva Econômica – APEC* que criticava o governo e fez uma analogia com a Argentina:

Enquanto no Brasil o governo parece dispor-se a fortalecer a estatização, o dirigismo e o paternalismo na economia nacional (monopólio estatal dos seguros de acidentes, participação de empregados em lucros empresariais, controle de preços, elevação do protecionismo alfandegário, tutela do crédito privado, etc) na Argentina começam a soprar ouros ares, numa tendência renovadora em política econômica, inspirada em invejável dose de bom senso. A atual administração argentina dá mostras de estar firmemente disposta a desestatizar a economia do país, sob a hipótese de que ganhará, assim, em eficiência. Dentro desta orientação, rompeu o monopólio estatal do petróleo, manifesta-se inclinada a passar totalmente o setor de energia elétrica às mãos particulares e – pasmem-se - a pensa inclusive em dar a particulares, em regime de concessão, o serviço de abastecimento de água.<sup>22</sup>

Na defesa do setor farmacêutico, Ayres Fº condenou diversas medidas do governo. Em matéria no *Jornal do Brasil*, o empresário criticou a Portaria nº 486 da

<sup>20</sup> Arquivo Paulo Ayres Filho (CPDOC/FGV).

<sup>21</sup> Entrevista que concedeu a História Oral do Exército: 1964-31 de março: o movimento revolucionário e a sua história, 2001. Arquivo Paulo Ayres Filho (CPDOC/FGV).

<sup>22</sup> Revista *Pinheiros Farmacêuticos*, Ano, XVI, nº 85, maio-junho, 1967. Arquivo Paulo Ayres Filho (CPDOC/FGV).

SUNAB que congelou os preços dos remédios, o que “revela ignorância dos princípios elementares do direito e da economia do setor, causando a desnacionalização da indústria farmacêutica”.<sup>23</sup> Acusou o governo por ter vendido sua empresa, em 1972, devido o controle de preços da SUNAB “que pervertia a economia completamente, desestimulando-a”. Criticou o controle governamental que proibiu as embalagens hospitalares, os descontos ou bonificações em campanhas de vendas de produtos, e impôs a limitação das despesas como amostras ou outros instrumentos de propaganda, e etiquetas de preços nas embalagens.

Estas críticas às políticas públicas do setor farmacêuticos, então um tanto quanto equivocadas. O governo Castello Branco baixou uma série de leis e decretos que beneficiou o setor. Com relação à amostra grátis, por exemplo, o Decreto nº 56.791, de 1965, a liberou oficialmente. Embalagens luxuosas, bonificações e amostras são os responsáveis pelos valores altíssimos dos medicamentos. Mas não foram suspensos. Mas, parece que a sede de lucro dos capitalistas não cessa.

Embora tenha sido favorável a maciços investimentos estrangeiros e sugeriu a criação de melhores condições para sua entrada no país, como incentivos especiais para os setores fundamentais da economia<sup>24</sup>, Ayres Fº não esperava que as empresas estrangeiras tomassem conta do mercado, que acarretou em uma intensa desnacionalização, na qual a sua empresa foi incluída, e deixou as nacionais em uma situação desfavorável.

Nesta lógica de combate às multinacionais, Ayres Fº repudiou a criação da Associação Brasileira de Indústria Farmacêutica (ABIF) que fazia uma distinção entre empresas estrangeiras e nacionais. Na tentativa de minimizar os problemas das indústrias nacionais, sugeriu às indústrias farmacêuticas estrangeiras que oferecessem às nacionais, como *royalty* simbólico, matérias-primas semelhantes aos produtos lançados no país; realização de controle de qualidade, também a custo simbólico, que não redundaria em prejuízo para as estrangeiras; e treinamento de pessoal técnico tanto no Brasil como nas matrizes no exterior.<sup>25</sup>

As suas sugestões não foram atendidas. O empresário se esqueceu que em uma economia capitalista o diferencial e a competição são elementares.

---

<sup>23</sup> *Jornal do Brasil*, 18.06.67

<sup>24</sup> *Diário da Noite*, 1ª Edição, 15.09.60.

<sup>25</sup> Carta de Paulo Ayres Filho a João Baptista Leopoldo Figueiredo, 28.04.75. Arquivo Paulo Ayres Filho (CPDOC/FGV).



Em documento intitulado *Contribuição para um estudo que pretende apontar o lado positivo e negativo da atual administração e o que se pode esperar da nova*, de março de 1967, Paulo Ayres Fº apontou uma série de erros, que a seu ver, comprometeu o esforço desenvolvido para a recuperação da economia. Destacou: a condução da economia por homens de formação exclusivamente técnica, portanto, com a tendência a se insurgirem contra o mecanismo de uma economia de mercado; o descaso pela opinião do setor privado que deverá ser sempre o sustentáculo da prosperidade; a pretensão de levar a economia nacional a rigorosos objetivos quantitativos em rigorosos prazos; a ambição desmedida quanto ao número de alterações a impor no procedimento nacional; e a elaboração apressada das leis e regulamentos, muitos dos quais tiveram que ser repetidas vezes modificados.

Ainda no documento, Ayres Fº afirmou que o governo impôs ao setor privado, desde o início, a necessidade da racionalização de todas as operações e não deu um exemplo neste sentido. Citou que o governo poderia ter elaborando, por exemplo, um plano para redução gradativa do número de funcionários que possui em suas repartições, agências, autarquias e empresas, todas elas necessitando de completa reorganização; que o governo, a pretexto de combater a inflação, aumentou os impostos, restringiu o crédito e, por outro lado, concorreu no mercado de capital com títulos privilegiados causando o aumento do curso do dinheiro. Ainda aumentou, de maneira desnorteante, os seus gastos e os seus investimentos, responsáveis pela inflação. Todas estas ações, segundo Ayres Fº foram contrárias com o seu anunciado propósito de fortalecer o setor privado e constituir uma verdadeira democracia no país.

Sumário dos erros apontados pelo empresário:

Erro político – simulação desnecessária de uma democracia num período post-revolucionário, perdendo a oportunidade de liquidar o sistema político-burocrático que há séculos dominava e emperrava o país;

Erro administrativo – manutenção da antiga estrutura administrativa, totalmente inadequada para a grande obra de reconstrução moral e financeira do país, por ser ela mesma ineficiente e corrupta;

Erro financeiro – cuidar do sistema monetário sem a mais íntima colaboração do sistema bancário privado que conhece e participa das peculiaridades financeiras de cada região e sabe dos reflexos que cada nova providência provocaria no mercado;

Erro econômico – descreer da economia de mercado e desestimular o setor privado, o único capaz de promover o desenvolvimento que o país exigia;

Erro psicológico – optar pela autoridade apenas e não pela liderança, como método de governo.

Por fim, no início da década de 1970, Paulo Ayres Filho viu com ironia a vitória dos militares e declarou “o governo está nos descapitalizando”.

## **Conclusão**

O empresário Paulo Ayres Filho fez parte da elite orgânica brasileira, e preocupado com a segurança de seus investimentos diante do regime político e da movimentação da classe trabalhadora no início dos anos 1960, caminhou na direção de organizar sua classe, aliada à internacional, para o golpe de Estado de 1964. Neste sentido, fundou o IPES, desenvolveu estratégias políticas e econômicas e fez articulações internacionais.

Uma vez instaurada a ditadura empresarial-militar (1964-1985), que silenciou e tirou direitos dos trabalhadores e garantiu os interesses do empresariado, o capitalista procurou legitimá-la internacionalmente na Europa, nos Estados Unidos e na América Latina. Portanto, Ayres F<sup>o</sup> foi um dos protagonistas do golpe e da instauração da ditadura que perseguiu, torturou, desapareceu e assassinou milhares de brasileiros.

## **Referências**

BIANCHI, Álvaro. Empresários e ação coletiva: notas para um enfoque relacional do associativismo. *Revista Social Política*, Curitiba, 28, p. 117-129, jun. 2007.

BRUM, Mário. *Cidade Alta: História, memória e estigma de favela num conjunto habitacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964.

DINIZ, Elis. Empresariado, regime autoritário e modernização capitalista: 1964-1985. *In*: SOARES, Glaucio Ary Dillon e D'ARAÚJO, Maria Celina. *21 anos de regime militar. Balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Editora Globo, 2006.

GONÇALVES, Martina Spohr. *American Way Of Business*: Empresariado brasileiro e norte-americano no caminho do golpe empresarial-militar de 1964. Tese, UFRJ, 2016.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1975.